



A CENTRALIDADE DO TERMO POBREZA NAS POLÍTICAS SOCIAIS NO GOVERNO PT

NOVAES, Julia Gomes.

RESUMO: Este trabalho tem o intuito realizar uma breve análise sobre o discurso de “combate à pobreza” reproduzido pelos aparelhos privados de hegemonia do capital pautados na matriz neoliberal – como os organismos internacionais – sustentados na compreensão de desenvolvimento como ideologia que foi implementado no Brasil com o governo do Partido dos Trabalhadores nos anos 2000. Este artigo busca esclarecer a verdadeira intencionalidade em promover a manutenção do capitalismo e consequentemente da desigualdade inerente ao modo de produção capitalista que estão por trás da reprodução dessa estratégia de alívio à pobreza. Além de demonstrar como o governo PT foi importante para consolidá-la pela via da Assistência Social e sob o discurso “neodesenvolvimentista” assumido no segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

PALAVRAS-CHAVE: políticas sociais; pobreza; capitalismo.

1- INTRODUÇÃO

Com a instauração do capitalismo, ocorreu a separação dos meios de produção do trabalhador¹, fundamentando um modo de produção cujas bases são mercadoria e a propriedade privada, mercantilizando as relações sociais, reificando as necessidades humanas e polarizando duas classes distintas: a burguesa e o proletariado. As relações de produção no capitalismo estabelecem o antagonismo entre classes, promovendo relações sociais contraditórias e desiguais (MARX, 1985). Por conseguinte, a “questão social” revelou-se inseparável do processo de acumulação capitalista e dos efeitos que tal processo produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras. A organização da sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, expande e aprofunda as relações de desigualdade, a miséria e a pobreza. Entender a “questão social” é, sobretudo, considerar a exploração da força de trabalho pelo capital ressaltando que em cada estágio de desenvolvimento do capitalismo, essa relação de exploração da força de trabalho assume novos perfis e com isso a “questão social” ganha

¹ Nesse processo, os capitalistas se apropriaram dos mesmos, convertendo-se responsáveis e detentores da organização do trabalho e da riqueza socialmente produzida. O trabalho passa a ter um valor de uso de subsistência para o trabalhador. Esse processo designa uma dependência do trabalhador com a venda da sua força de trabalho, caracterizando-o como assalariado (MARX, 1985).



novas expressões e/ou acirramento de suas antigas. De acordo com Iamamoto e Carvalho, a questão social,

[...] não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. [...] “...manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”. (IAMAMOTO E CARVALHO, 1983, p. 77)

No que tange à formação social e histórica do Brasil – com ressalvas a configuração de capitalismo dependente implementada no país –, Castelo (2012) aborda características fundamentais, como o processo de industrialização brasileiro em 1930 que formalizou uma relação entre Estado e a burguesia nacional emergente, sem romper com a velha roupagem – os latifundiários –, como uma forma de resposta à crise de 1929 que assombrou o cenário mundial. Partindo desse fato histórico, podemos afirmar que o Brasil² obteve a implementação do capitalismo formalizando acordos entre as novas e velhas classes dominantes.

Tendo em vista que o surgimento das políticas sociais nos países centrais está coadunado ao reconhecimento da classe trabalhadora e a luta de classes em busca da efetivação dos direitos sociais, como forma de enfrentamento “parcial” das expressões da “questão social”. No que tange ao Brasil, a organização do trabalho foi permeada pelo escravismo, informalidade e cooptação devido a formação brasileira como abordam Behring e Boschetti (2011), em consequência disso, no Brasil o sistema de proteção tem um caráter frágil (Boschetti, 2016).

2- NEOLIBERALISMO E A CRISE ESTRUTURAL DA DÉCADE DE 1970

No contexto da crise global, na década de 1970, que encerrou os anos de avanço econômico capitalista no pós-guerra e culminou na crise do Welfare State nos países de capitalismo central, mudanças ocorreram na estrutura de produção/acumulação e regulamentação/produção do capital (BEHRING, 2008, p. 177). A estrutura estabelecida no keynesianismo-fordismo foi esgotada após a crise, dando lugar à uma reestruturação

² “Assim sendo, a formação econômico-social brasileira foi forjada pelo desenvolvimento desigual e combinado entre distintos modos de produção, no qual o capitalismo detém o controle econômico, político e cultural frente aos demais.” (CASTELO, 2012, P.620)



produtiva³ pautada nas técnicas do modelo toyotista (iniciado em 1950 no Japão). O aumento do desemprego estrutural, os cortes salariais, o retrocesso dos direitos trabalhistas, a diminuição do poder sindical foram resultados da instauração da reestruturação produtiva. A ofensiva neoliberal e a “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996) foram determinantes para a implementação da reestruturação produtiva e busca pela retomada do crescimento econômico.

O neoliberalismo⁴ emergiu como resposta à esse período de crise que marcou os anos 1970 – recessão da expansão de crescimento capitalista – em um dos processos de reinvenção do capitalismo, a ofensiva neoliberal surgiu como estratégia para retomar a alavanca do desenvolvimento. Uma onda liberal-conservadora instaurou-se no cenário político mundial, devido a designação de presidentes com enfoque neoliberal no Chile no início da década de 1970 e nas grandes potências mundiais, como nos Estados Unidos com o presidente Ronald Reagan e com Margaret Thatcher no Reino Unido. Segundo Harvey (2008), a consolidação do neoliberalismo foi pautada na criação de um consentimento – desde intelectuais, meios de comunicação, partidos políticos e propriamente o Estado – fundamentada no conceito de liberdade, para constituir o neoliberalismo como “naturalmente” a alternativa para a superação da crise.

No ano de 1989, os maiores defensores dos ideais neoliberais encontraram-se para uma reunião em Washington, para realizarem uma análise das medidas tomadas, seus resultados e as possibilidades de ações futuras. Entre os participantes, estavam FMI, Banco Mundial e o Tesouro norte-americano. Nesta reunião, denominada de Consenso de Washington, foi deliberado um conjunto de reforma para o âmbito econômico direcionada para a região da América Latina e Caribe. Essas “reformas” tinham o intuito de nortear os governos dos países periféricos sob os moldes neoliberais. As medidas neoliberais foram publicadas em 1990, em um receituário organizado por John Williamson, com algumas novidades adicionadas a política neoliberal defendidas por esses organismos desde os anos 1970 (PEREIRA, 2009).

³ As configurações do trabalho foram modificadas, a produção era realizada a partir da demanda e operava em estoque mínimo; o trabalhador tornou-se polivalente; com a criação da horizontalidade da produção, o setor de serviços, consolidou-se a terceirização; o novo tipo de acumulação – a flexível – implicou na precarização das formas de trabalho e a intensificação da exploração do trabalho que alavancaram (BEHRING, 2008).

⁴ O neoliberalismo surgiu após a II Guerra Mundial por Friedrich Hayek, como forma de enfrentamento ao Estado intervencionista e de bem-estar. Porém, só ganhou reconhecimento e força nos anos 1970 (ANDERSON, 1995).



Após o Consenso, as eleições presidenciais na América Latina tiveram vencedores compactuados com o ideário neoliberal, como no caso brasileiro como Fernando Collor de Mello, em 1989 e com Fernando Henrique Cardoso em 1995, este último fundamentado na ideia de “globalização” e seguindo as medidas do Consenso, proporcionou a mundialização financeira, a abertura dos sistemas financeiros dos credores internacionais. Como consequência desse ajuste neoliberal em sua primeira fase (em maior parte da América Latina nos anos 1980 e no Brasil nos anos 1990) e com medidas austeras, nos países dependentes ocorreu uma mudança no perfil das políticas sociais⁵.

O enfrentamento aos impactos sociais foi por meio de políticas sociais compensatórias e focalizadas, direcionadas aos setores mais necessitados e impactados pelo ajuste da população. As ações eram pautadas no assistencialismo direcionadas a um determinado público-alvo. A focalização em determinados grupos possuía a função de promover uma maior eficiência nas políticas sociais, mas no fim da primeira geração de ajustes provou ter um papel contraditório pois contribuía para a não efetivação dos direitos sociais. O que ocasionou em uma busca por um termo que correlacionasse focalização e universalidade para preencher as lacunas deixadas pela primeira geração de ajustes, buscando um caráter “mais humano” aos ajustes da segunda geração (MAURIEL, 2013).

No cenário pós-Consenso, determinantes como a generalização da crise estrutural e a ascensão de partidos de esquerda ao governo em alguns países da América do Sul, sustentaram a necessidade de reaver as “reformas neoliberais” implementadas na primeira geração de ajustes neoliberais (PASTORINI; MARTINEZ, 2014).

2.1- A POBREZA EM DESTAQUE NO CONTEXTO DA SEGUNDA FASE DE AJUSTES NEOLIBERAIS

O termo pobreza, a partir de 1990 sob o ideário da segunda fase de ajustes neoliberais, adquire centralidade nas políticas sociais e transforma-se em objeto de estratégia de

⁵ Pautando-se nas medidas deliberadas, cortes nas políticas sociais foram realizados em prol de um crescimento econômico regulamentado pelas leis do mercado a fim de recuperar a credibilidade dos países periféricos no cenário internacional. Sob a influência de organismos internacionais – como FMI e o Banco Mundial – elementos da política interna dos países sofreram mudanças. Foram previstas medidas com alto impacto social, que alterassem a política cambial, a redução das restrições alfandegárias e não alfandegárias, diminuir as tarifas públicas e instaurar um controle fiscal e orçamentário (MAURIEL, 2013).



enfrentamento dos organismos internacionais, como o Banco Mundial. Com o processo de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996) e com o desemprego estrutural consequente da primeira geração de ajustes neoliberais e suas medidas austeras, tornou-se prioridade estratégias de enfrentamento às expressões da “questão social”, como a pobreza e a fome, ganhando um grande espaço nos discursos governamentais. Isso porque, no processo de integração dos mercados, a pobreza ressaltava o alto nível de desigualdade (MAURIEL, 2008, p.165).

O combate à pobreza não encaminha soluções para a construção de um mundo mais justo, mas funciona para legitimar a globalização desequilibrada. Assim, a questão social, reduzida à “questão da pobreza”, pode ser resolvida no plano da filantropia ou no ético-social, no qual o Estado não precisa ser, necessariamente, o agente executor exclusivo ou majoritário dos serviços coletivos de “proteção”, porém apenas um promotor ou incentivador da “sociedade civil”. (MAURIEL, 2008, p. 166)

Ao longo dos anos foi possível observar a presença de organismos internacionais como principais gestores do gerenciamento da pobreza e da “questão social” para os países periféricos. Esta forma de enxergar o termo pobreza – que se tornou dominante a partir da conquista hegemônica neoliberal– legitima o redirecionamento da atuação do Estado.

Pensar a hegemonia na atualidade do imperialismo financeirizado exige ser capaz de compreendê-la à luz do quadro internacional, identificando-se os agentes e agências que vem atuando como elaboradores e divulgadores de práticas sociais concretas, como o FMI e Banco Mundial, o que é realizado a partir da prática político-pedagógica disseminada (e apoiada financeiramente) pelos organismos internacionais. (FONTES, 2010, p.188)

O discurso reproduzido pelo ideário neoliberal associa a pobreza às características individuais, promovendo uma mistificação da sua gênese. Esse processo proporciona a naturalização da pobreza, afastando-a da sua origem – da estrutura societária burguesa – e transformando-a em algo intrínseco à existência humana. Essa visão da noção da pobreza legitima ações de enfrentamento à pobreza voltadas ao desenvolvimento pessoal do indivíduo, já que este desencadearia o desenvolvimento da sociedade em geral. Os mecanismos de “combate à pobreza”⁶ tornaram-se necessários para o funcionamento do mercado, pois estão pautados na lógica de desenvolver capacidades e competitividade, além de promover as liberdades políticas e econômicas individuais (MAURIEL, 2013).

2.2- O SOCIAL LIBERALISMO E O GOVERNO PT NO BRASIL

⁶ A autora utiliza o termo entre aspas pois compartilha da opinião de que essas políticas não possuem a intencionalidade de romper com a pobreza, consequentemente nem com a estrutura do capital.



Após o fracasso da primeira geração de ajustes neoliberais – contrarreforma do Estado brasileiro – no país atribuído às altas taxas de desigualdade e desemprego que assombraram o país ao final do segundo mandato do governo FHC, a faceta mais humana do capital emerge com a implementação do social-liberalismo⁷ – como denomina Castelo – no país com a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência em 2002. O governo PT consolidou o modelo econômico neoliberal⁸, e seguiu a recomendação de organismos multilaterais como o Banco Mundial, na formulação gestão e implementação de políticas assistencialistas e focais como medidas de enfrentamento e “combate à pobreza”.

Sobre a coadunação do PT com os interesses da elite brasileira, é necessário considerar que as mesmas classes dominantes que ficaram receosas com Lula nas primeiras eleições presidenciais diretas, devido a sua origem popular, enaltecem as conquistas do governo petista. Castelo (2012, p. 614) cita “o apassivamento das lutas da classe trabalhadora atribuído ao transformismo do governo PT”, que culminou na aprovação das classes dominantes, tanto internacionais quanto nacionais, pela manutenção dos seus privilégios com o desenvolvimento capitalista empregado pelo governo PT⁹.

Segundo Castelo (2013), o segundo mandato do Lula e o governo Dilma foram marcados por uma aproximação com a ideologia de um “novo desenvolvimentismo” – uma disseminação de uma falsa era pós-neoliberal. A ideologia neodesenvolvimentista é uma particularidade brasileira – criada em berço tucano em 2004 por Luiz Carlos Bresser Pereira e assumida pela base governamental do Partido dos Trabalhadores – com a finalidade de mistificar um rompimento com o modelo neoliberal defendendo uma maior intervenção estatal

⁷ A partir dos anos 1990, com a crise financeira instaurada nos países dependentes como Brasil, México, Rússia, Tigres Asiáticos e Argentina; o ideário neoliberal e seus reprodutores – os Estados Unidos e as agências multilaterais como Banco Mundial e FMI – começaram a ser questionados e pressionados por movimentos sociais pelas consequências dos custos sociais da consolidação do neoliberalismo. O social-liberalismo foi constituído como uma resposta à essa mobilização popular e a crise conjuntural vivida pelo capitalismo, ilustrando mais uma manobra da velha ideologia sendo rerepresentada sob uma nova roupagem com a finalidade de manter-se como ideologia dominante (CASTELO, 2013). Para maior aprofundamento, cf. “O social-liberalismo – auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal”. CASTELO, 2013.

⁸ Ao longo da década de 1990, o partido funcionou como oposição de governo e com uma estratégia de enfrentamento às políticas neoliberais implementadas pela coalização conservadora. Porém, para ganhar a disputa presidencial, realizou alianças um tanto quanto diferenciadas e contraditórias; assumiu compromisso com partidos de visões distintas e com os grandes empresários e os trabalhadores.

⁹ As estratégias realizadas no primeiro mandato do governo Lula sustentavam-se nas três medidas principais do Consenso de Washington implementadas pelo governo FHC – as taxas de câmbio flutuantes, a busca pelo superávit primário e metas inflacionárias.



na economia e na “questão social”, mais investimentos em infraestrutura com o intuito de propiciar um crescimento e distribuição de renda. As medidas econômicas do governo PT permaneceram subordinadas à política macroeconômica mundial perpetuando a dependência ao capital financeiro tanto nacional quanto internacional.

2.3- A CENTRALIDADE DA ESTRATÉGIA DE “COMBATE À POBREZA” NAS POLÍTICAS SOCIAIS DO SÉCULO XXI

Com a segunda geração de ajustes, buscou-se uma correlação entre focalização e universalidade para direcionar as políticas para “combate à pobreza”, utilizando os termos equidade e justiça como princípios norteadores das políticas sociais. Com propósito de proporcionar eficiência e um melhor provimento dos serviços básicos alega-se que os mais necessitados, que não possuem os direitos, mereçam o provimento dos serviços sociais pelo Estado. Os que possuem acesso a estes direitos não deveriam ser público-alvo destas políticas. Desta forma, constrói-se um novo conceito para universalismo, o universalismo básico (NARBONDO, 2006 apud MAURIEL, 2013).

Para retratar um exemplo de país que assumiu a estratégia de “combate à pobreza” sob a roupagem da ideologia do desenvolvimento, a realidade brasileira é profícua no que tange ao discurso de “fim da pobreza”, benéfico para o desenvolvimento do sistema capitalista e suas bases de valorização e reprodução. Em outubro de 2003, foi elaborado o Programa de Transferência de Renda com Condicionais, conhecido como Programa Bolsa Família, unificando os programas já existentes no governo FHC e representando a premissa de uma tendência à implementação massiva de programas de transferência de renda no país. O presidente do Banco Mundial, Paul Wolfowitz durante o período de 2005 a 2007, afirmou que “o Bolsa Família se tornou um modelo altamente elogiado de políticas sociais. Países, ao redor do mundo, estão aprendendo lições com a experiência brasileira e estão tentando reproduzir os mesmos resultados para suas populações” (COGGIOLA, 2013, p. 78). O Brasil se tornou exemplo para os modelos neoliberais na temática do “combate à pobreza” no contexto mundial com a implementação do PBF.

Dilma Rousseff¹⁰ ganhou as eleições presidenciais de 2010, com total apoio de Lula, se tornando a primeira mulher a governar o país. Dilma deu continuidade ao modelo de governo de Lula pautado no “novo desenvolvimentismo” e reforçou em sua campanha

¹⁰ Economista e foi militante no período ditatorial brasileiro.



presidencial a erradicação da pobreza extrema. Em seu mandato, em 2011 promulgou o Plano Brasil Sem Miséria pelo Decreto n.7.492, de 2 de junho de 2011 que tinha o intuito de superar a pobreza extrema no país.

No que concerne ao enfrentamento das expressões da “questão social”, as políticas de “combate à pobreza” ganharam centralidade nas políticas sociais no governo PT a partir da influência da concepção de pobreza assumida pelo discurso neoliberal e disseminada pelo Banco Mundial. A estratégia do “combate à pobreza” foi implementada por meio da política de Assistência Social, inserida no tripé da Seguridade Social. Segundo Mota (2010) em seu estudo sobre a política de Assistência Social afirma que ocorre uma centralidade da mesma na Seguridade Social devido à implementação e funcionalidade da estratégia de combate à pobreza via Assistência Social, conferindo à esta política uma expansão ideológica da sua funcionalidade e por isso ocorre sua centralidade a partir do governo PT. A pobreza e a miséria ganharam centralidade em relação às outras expressões da “questão social” – por serem suas expressões mais explosivas e notórias em contraste com o crescimento econômico vivido pelo Brasil nesse período.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na América Latina, o Banco Mundial assim como outros organismos sociais como a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), conquistaram um espaço fundamental após o neoliberalismo tornar-se ideologia hegemônica, como Druck e Filgueiras (2007, p. 26) colocam “as diretrizes do Banco Mundial passaram a ser respeitadas, defendidas e aplicadas – com a substituição crescente dos poucos direitos sociais conquistados pelas ‘políticas de combate à pobreza’”. A noção de pobreza presente no discurso disseminado na conjuntura da “globalização” tem um funcionamento para a economia mundial, “assim, o desemprego mundial torna-se uma ‘alavanca’ da acumulação de capital global e a pobreza em massa regula os custos internacionais do trabalho” (MAURIEL, 2008, p.203). Numa ótica neoliberal e sob a configuração do trabalho estabelecida com a reestruturação produtiva e com a acumulação flexível, as políticas de “combate à pobreza” possuem um papel de reguladoras do padrão do trabalho precário.

Em resumo dos pensamentos de Mota (2010) e Boschetti (2016), a política de Assistência Social sofre um redimensionamento ideológico e ganha centralidade na Seguridade Social – em que se prioriza o investimento na mesma em detrimento dos investimentos na Saúde e na Previdência Social. Em um contexto atual, um exemplo da privatização dos serviços de saúde e as tentativas de aprovar a Reforma da Previdência,



transferindo a responsabilidade de regulamentação para Assistência Social e seus programas e benefícios. Vale ressaltar que a história dessa política sempre esteve pautada na relação entre órgãos da sociedade civil e Estado.

Boschetti (2016) retrata em seu texto, que em momentos de crise estrutural do capital – momentos em que o capitalismo promove ações para sua reformulação e consolidação – a política de Assistência Social

(...) participa mais ativamente do processo de reprodução ampliada da força de trabalho, não mais na condição de política subsidiária aos direitos do trabalho, previdência, saúde e demais políticas sociais, mas na condição de política central de garantia de recursos mínimos para assegurar o consumo e a reprodução da força de trabalho e daqueles que não podem trabalhar. Ao invés de processar ou participar na universalização do acesso a bens e serviços públicos, se avoluma na prestação de benefícios assistenciais ínfimos enquanto se reduzem os investimentos nas demais políticas sociais.” (BOSCHETTI, 2016, p.21)

Este artigo é fruto de resultados do meu Trabalho de Conclusão de Curso que foi base para meu projeto inicial do meu objeto de estudo do mestrado, dessa forma, o conteúdo presente nele é uma aproximação parcial – dentro de uma perspectiva dialética – sobre a temática, em que pretendo me aprofundar no decorrer da pós-graduação. Porém, vale ressaltar a necessidade de se pensar e compreender o capitalismo e suas formas de promover a manutenção de sua acumulação e produção, e conseqüentemente, da perpetuação da miséria e da desigualdade estrutural ao seu modo de produção. Bem como, entendemos que a “questão social” e suas expressões, assim como a pobreza, são inerentes ao modo de produção capitalista e ao seu desenvolvimento – são essenciais para o processo de acumulação capitalista. Dessa forma, a superação da pobreza e da “questão social” estão necessariamente ligadas à supressão da capitalismo.

4- REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social – fundamentos e história. – 6° ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. In: Argumentum, Vitória, v. 8, n.2, p. 16-29, maio/ago. 2016.



CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. In: Em Pauta n. 31, v. 11, Rio de Janeiro, UERJ, 1º semestre de 2013, p.119- 138.

_____. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.112, out./dez. 2012, p. 613-636.

CHESSAIS, François. A mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo. Programas sociais compensatórios: a experiência brasileira. In: Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p.69-116, Jan./Jun. 2013.

DRUCK, Graça, FILGUEIRAS, Luiz. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. In: Katalysis, Florianópolis, v.10, n.1, p.24-34, jan./jun. 2007.

FONTES, Virginia. Resenha crítica do livro “A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso. Lúcia Maria Wanderley Neves (Org.). In: Crítica Marxista, 2010.

HARVEY, David. O neoliberalismo. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2a. Ed. São Paulo: Cortez, 1983.

MARX, Karl. O Capital Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Combate à Pobreza e Desenvolvimento Humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade. Tese (doutorado) – Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas; Ciências Sociais, 2008.

_____. Desenvolvimento, pobreza e políticas sociais. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. In: Em Pauta, Rio de Janeiro – 1º semestre de 2013- n.31, v.11, p.97-117.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade. Ana Elizabete Mota. (org.) – 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

PASTORINI, Alejandra; MARTÍNEZ, Inés. Tendências das mudanças da proteção social no Brasil e no Uruguai: a centralidade das redes mínimas na América Latina. In: Revista Katalysis, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2014.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial como Ator Político, Intelectual e Financeiro (1944-2008). Tese (doutorado) – Niterói/ RJ: Universidade Federal Fluminense; História, 2009.